

A Baía da Babitonga e a formação sócio-espacial do norte e nordeste catarinense

*Wlamir Gonçalves Xavier¹
Andrei Giovanni Maia²*

Resumo: A Baía da Babitonga situa-se no litoral norte de Santa Catarina e a sua localização geográfica teve um significado estratégico para a gênese e evolução da formação sócio-espacial da área correspondente ao norte e nordeste de Santa Catarina. Diante da importância desta baía para o desenvolvimento destas regiões formadas pelos municípios que integram atualmente a 23ª Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, é objetivo deste artigo, analisar o processo de desenvolvimento desta área e discutir a proposta de criação, nesta baía, de uma unidade de conservação classificada na categoria de reserva de fauna, proposta esta que tem gerado uma polêmica no âmbito regional, em razão dos diversos interesses existentes. Como base teórico-metodológica de pesquisa adotou-se as categorias propostas por Milton Santos sendo elas: processo, estrutura, forma e função, além da análise da proposta de criação de reserva de fauna da Baía da Babitonga através das dimensões da sustentabilidade de Ignacy Sachs.

Palavras-chave: Baía da Babitonga; categorias; municípios catarinenses.

1 Introdução

Considerada uma área marítima estratégica do litoral brasileiro por permitir acesso e porto seguro de embarcações ao litoral catarinense durante muitos séculos, a Baía da Babitonga sempre teve um papel fundamental no processo de povoamento e de desenvolvimento sócio-econômico da região norte e nordeste de Santa Catarina.

Este artigo tem como objetivo analisar a gênese e expansão do processo de desenvolvimento da região e para tanto utiliza como fundamento a categoria de formação sócio-espacial proposta por Milton Santos (1982), visto que a dinâmica de um espaço geográfico qualquer precisa ser compreendida à luz dos processos sociais que a engendraram,

¹ Universidade Vale do Itajaí - UNIVALI. E-mail: wlamir@uol.com.br

² Instituto de Ensino Superior Santo Antônio - INESA e SENAI-Joinville. E-mail: andreigm@ig.com.br

sem, contudo, desconsiderar as características naturais que ofereceram as bases para o desenvolvimento local. A adoção do paradigma de formação sócio-espacial como referencial teórico revela uma preocupação com análises globalizantes que exigem o reconhecimento dos vários níveis na construção de diferentes realidades, sendo o primeiro deles dominado pela presença do quadro natural como determinante, em menor ou maior escala, da vida humana na região. Este enfoque metodológico propicia uma interpretação do todo através das “múltiplas determinações” (Marx), permitindo ao mesmo tempo analisar as especificidades de cada lugar histórica e geograficamente (PEREIRA, 2003).

Desta forma, a relevância deste trabalho está na aplicação das categorias forma, função, estrutura e processo, que permitem a análise das partes sem perder o contexto do todo relacionado, como ocorre entre a Baía da Babitonga e as regiões ao seu entorno. A compreensão das partes e do todo é o que propõe o paradigma de formação sócio-espacial. Este trabalho justifica-se estudar elementos relacionados à importância histórica, econômica e social e, mais do que nunca, ecológica e ambiental da região da Baía da Babitonga.

Para alcançar o objetivo proposto, o artigo aborda as características geo-históricas da região da Baía da Babitonga (forma e processo); o papel da Baía da Babitonga no desenvolvimento dos municípios da região (função e estrutura), a exploração econômica e a proposta de criação de uma reserva de fauna da Baía da Babitonga analisada sob o enfoque das dimensões da sustentabilidade de Ignacy Sachs e considerações finais do trabalho.

2 Forma e Processo: Características geo-históricas da Região da Baía da Babitonga

A primeira categoria de análise, entre as quadro apresentadas por Milton Santos, é a forma, que está relacionada a característica geográfica da região em estudo, neste caso, a Baía da Babitonga (SANTOS, 1997). Considerada uma importante área geográfica, a Baía da Babitonga situa-se no litoral norte de Santa Catarina entre as latitudes de 26°02' e 26°28'Sul e 48°28'e 48°50' de longitude Oeste, totalizando uma área total de 130km² (IBAMA, 2007). Dentre os municípios localizados no seu entorno destacam-se: Joinville, com uma população estimada em 2007 de 487.003 habitantes e São Francisco do Sul, com 37.617 habitantes (IBGE, 2008). O município de Joinville que teve suas origens em uma colônia alemã fundada em 1851 (Colônia Dona Francisca) é hoje um importante pólo industrial voltado ao setor metal-mecânico e o maior do estado em população.

Contando com uma profundidade que varia de 10 a 15 metros em sua principal ligação (barra), a baía possibilita o acesso de embarcações de médio e grande porte ao Porto de São Francisco do Sul. O município de Joinville, em particular, possui acesso à baía pelo Rio Cachoeira e pela Lagoa do Saguauçu, embora o assoreamento destes acessos impeça atualmente a circulação de embarcações de maior porte (DNIT/IME, 2004).

Na baía desembocam rios provenientes das encostas da Serra do Mar, entre os quais se destacam os rios Cubatão do Norte, Palmital, Cachoeira e Parati (DNIT/IME, 2004, p. 3). A área situada no entorno da baía constitui um dos maiores manguezais da América do Sul.



Figura 1: localização geográfica da Baía da Babitonga.

Fonte: DNIT/IME (2004).

Importante estuário da vida marinha, as terras próximas à Baía da Babitonga apresentam uma vegetação nativa típica de mangues (IBAMA,2007), correspondendo a 75% do total deste ecossistema no estado, com área aproximada de 6.200 ha. No interior da baía, segundo o IBAMA (2007), encontram-se 24 ilhas; no trecho do Canal do Linguado existem 57 ilhas e outras 37, no Rio Palmital. Esta formação geográfica, onde domina o clima subtropical úmido, somado à vegetação de mangues que reveste as margens e áreas alagadas da baía são propícias para a reprodução de várias espécies de animais marinhos e terrestres. Dentro da categoria “forma”, salienta-se, a importância geográfica da Baía da Babitonga, principalmente para a região nordeste catarinense.

Outra categoria em análise é o “processo”, que está relacionado à perspectiva histórica de determinada região (SANTOS, 1997). O processo de formação sócio-espacial da Baía da Babitonga não se restringe aos períodos relacionados ao descobrimento do Brasil, em 1500 e à sua colonização. Estudos arqueológicos em sambaquis da região evidenciam a presença de comunidades de caçadores e coletores há mais de cinco mil anos, assim como o registro da ocupação da baía por grupos indígenas chamados Carijós (da nação Tupi-guarani), nos séculos XV e XVI (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 2007), o que demonstra que a região já era considerada propícia à sobrevivência humana muito antes da chegada dos colonizadores europeus.

Contudo, a Baía da Babitonga teve um relevante papel na história do Brasil, principalmente no processo inicial da ocupação do território que hoje corresponde ao estado de Santa Catarina. Desde os primeiros anos subsequentes ao descobrimento do Brasil em 1500, esta baía já era conhecida e utilizada por embarcações, devido às suas excelentes condições geográficas e estratégicas. Estas características geográficas contribuíram para a descoberta da Ilha de São Francisco do Sul em 1504 pelo francês Binot Paulmier de Gonneville (atualmente considerada a terceira cidade mais antiga do Brasil).

Dentre os relatos de ilustres viajantes destaca-se a “expedição dos capitães João de Lisboa e Estevão Fróis em busca do extremo do continente americano, em fevereiro de 1514” (BUENO, 1998, p. 116), e o português Aleixo Garcia, que em 1524, “[...] acompanhado por um grupo de índios, partiu do litoral norte de Santa Catarina e chegou a pé a uma região próxima de Potosi, no Peru.” (QUANDT, 2003, p. 9). Ainda segundo Quandt (2003), “a caminhada foi feita pela milenar trilha denominada Peabiru [...]” trilha esta com muitas variantes como a do Rio Três Barras cujo acesso se dava pela Baía da Babitonga.

Várias expedições, a partir de então, seguiram esta via, entre as quais, a do português Pero Lobo, capitão de Martim Afonso de Souza, em 1531; do espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, em 1541, cujo relato da viagem pode ser encontrado no livro “Comentários” de Pedro Hernández publicado pela primeira vez em 1555, na Espanha, e a do alemão Ulrich Schmidel, em 1553. Décadas mais tarde jesuítas e bandeirantes trilharam este mesmo caminho, com distintos objetivos (BUENO, 1998). Ruínas e partes da escadaria deste antigo caminho, Peabiru, ainda podem ser encontradas no Morro do Monte Cristo, Município de Garuva, sendo a escadaria utilizada frequentemente por praticantes do turismo de aventura e ecoturismo. Pode-se ressaltar, portanto, que a conformação de relevo, composta por litoral e

planalto, impunha a primeira grande divisão do território catarinense (VIEIRA e PEREIRA, 1997).

Durante os séculos XVI e XVII houve a intensificação do fluxo de Naus principalmente espanholas, pois, mesmo com a existência do Tratado de Tordesilhas, as delimitações territoriais eram imprecisas e os espanhóis consideraram, durante certo tempo, a região da Baía da Babitonga como território pertencente à Espanha, fato este que se pode comprovar com o nome da colônia que séculos mais tarde passou a se chamar São Francisco do Sul para diferenciar-se da cidade de San Francisco, nos EUA. (QUANDT, 2003).

Apesar da chegada dos espanhóis à Ilha de São Francisco do Sul em 1553, o povoamento efetivo da cidade só aconteceu a partir de 1658, com a chegada de Manoel Lourenço de Andrade trazendo consigo sua família e uma leva de escravos (CIASC, 2007). Com isso, no século XVII e XVIII há a colonização açoriana e a expansão comercial da Vila da Nossa Senhora da Graça de São Francisco (Vila da Glória), devido em parte à sua característica geográfica de porto natural da região. Ainda no século XVIII, com as colonizações portuguesas a Vila da Glória passa ao *status* de Colônia Vila da Glória e se torna o Município de São Francisco do Sul em 15 de abril de 1847, intensificando a expansão territorial que se espalha pelo litoral do nordeste catarinense. Em 1842, a localidade de Saí, às margens norte da Baía, foi palco de uma das experiências sociais pioneiras do mundo, o Falanstério do Saí (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE, 2007). Esta experiência, baseada nas doutrinas de Charles Fourier contou com colonizadores franceses sem obter maiores resultados.

A fundação da Vila Paraty, atual município de Araquari é efetivada em 1848. O município de Araquari no braço sul da baía se torna também um porto para embarcações menores onde surgem os primeiros povoamentos naquela região.

Somente no século XIX os primeiros imigrantes alemães chegam à baía da Babitonga e entram pelo Rio Cachoeira para colonizar as terras que antes eram do Príncipe de Joinville, Francisco Fernando Filipe Luís Maria de Orléans, e sua esposa Dona Francisca de Bragança, filha de D. Pedro I, e que foram negociadas com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo. Esta localidade conhecida como colônia Dona Francisca passou a ser chamada mais tarde de Joinville. Planejada para a produção agrícola, mas com a forte influência do modo de produção capitalista trazida da Europa pela experiência alemã, Joinville evoluiu da

agricultura, para os modos de produção artesanal, comercial e industrial sendo hoje, a maior cidade e o maior pólo industrial catarinense.

Ao final do século XIX até meados do século XX Joinville torna-se um importante centro de fluxo comercial, com produtos exportados para todo o mundo. O fluxo ocorre através do Rio Cachoeira que desemboca na Baía da Babitonga, principal escoadouro da produção comercial e industrial até a década de 1970 quando as rodovias são ampliadas e os veículos foram substituindo o tráfego de embarcações.

Ainda referente à Joinville, é importante salientar o fechamento em 1935 do Canal do Linguado, braço sul da Baía da Babitonga, para a construção de uma estrada de ferro e rodovia. O assoreamento de alguns pontos da baía e do Rio Cachoeira impediu o tráfego de embarcações inclusive das menores. Além disso, com rápida industrialização da região os rios receberam uma grande quantidade de dejetos, lixo e resíduos das industriais inviabilizando a circulação de embarcações e poluindo todo o ambiente de manguezal e marinho da baía.

Apesar dos impactos negativos provenientes do processo de produção industrial da região, hoje o município de São Francisco do Sul possui um dos mais importantes portos em fluxo de mercadorias do país. A baía também é essencial para o sustento das comunidades pesqueiras locais.

Quanto às belezas naturais, a Baía da Babitonga possui diversas ilhas e praias propícias ao turismo de sol e mar, para a prática da pesca esportiva entre outras atividades náuticas. Pode-se observar, portanto que a Baía da Babitonga com suas características geográficas naturais contribuiu e continua contribuindo (junto a outras determinações) para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Entretanto, nas últimas décadas do século XX, a intensa exploração do ambiente natural em prol dos interesses capitalistas meramente econômicos foi intensificada e sinais de exaustão ambiental da baía já podem ser percebidos. O futuro da Baía da Babitonga é incerto, mas apresenta tendências desfavoráveis à vida do ecossistema e das comunidades que precisam da baía para seu lazer e suas atividades econômicas, caso não sejam tomadas medidas de controle que visem à prevenção e desenvolvam uma maior consciência ecológica da população local.

3 Função e Estrutura: o papel da Baía da Babitonga no desenvolvimento dos municípios da região norte e nordeste de Santa Catarina

Este capítulo aborda as categorias “função” que trata do papel que o objeto de análise desempenha ou pode desempenhar dentro de determinado contexto, e “estrutura” que identifica aspectos sociais, além de destacar a organização do objeto em estudo e suas relações (SANTOS, 1997).

Considerando que as categorias função e estrutura apresentam diferenças nos municípios, elas são tratadas separadamente neste capítulo. A análise foi direcionada aos municípios de Araquari, Joinville e São Francisco do Sul, os de maior relevância econômica, mesmo porque os demais municípios da região foram criados pelo desdobramento do município de São Francisco do Sul.

O município de São Francisco do Sul é o que mais sofreu influência da baía da Babitonga, cujo porto é a principal força motriz de sua economia, sendo o sexto maior porto do Brasil em movimentação de contêineres e excelente porto natural, cujas atividades se iniciaram em 1920 (PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, 2007). O papel da baía para o município é complementado sob o aspecto econômico com o turismo, um arquipélago formado por 24 ilhas, com abundante oferta de praias, é base para o turismo de sol e mar, com destaque para esportes náuticos. Em menor grau de relevância econômica observa-se a pesca artesanal, que apesar de contribuir modestamente para a economia local, gera efeitos significativos a este ecossistema, como será abordado oportunamente neste artigo.

Uma função relevante não somente para o município, mas para toda a região sul do Brasil é a estratégica, como porto natural o município abrigou em uma das ilhas da baía, a ilha da Rita, uma base de combustíveis da Marinha que serviu para abastecer os navios da Esquadra Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial.

O município de Joinville, o maior do Estado de Santa Catarina, apresenta aspectos totalmente distintos daqueles elencados para São Francisco do Sul, no que se concerne às categorias função e estrutura. Por ter sua economia pautada principalmente no setor secundário, as principais funções da baía da Babitonga sempre estiveram relacionadas à ocupação territorial, inicialmente com objetivos agrícolas, e posteriormente para ocupação humana.

Recursos naturais da baía têm sido utilizados para diversos fins, de forma desordenada. O planejamento urbano da cidade, pouco consistente, permitiu que interesses econômicos tivessem preponderância nas iterações com a paisagem natural. O principal rio do município, Rio Cachoeira, que era a única forma de acesso no início da ocupação do município, perdeu sua importância como via com a criação das primeiras estradas, como a abertura da Estrada Dona Francisca, em 1872, ligando a Colônia Dona Francisca a Rio Negro. Os dois principais acessos à baía, o Rio Cachoeira, e a Lagoa do Saguacú, sofreram acelerado processo de degradação associado ao assoreamento com o desenvolvimento das indústrias e aumento da população no século XX (SANTANA, 1998). As áreas adjacentes da baía ofereceram alternativa para o crescimento do município, aterros em áreas alagadiças já se observavam no início do século XX e o avanço sobre as áreas de mangue se confirmou.

O município de Araquari (rio de refúgio de pássaros, em tupi-guarani), cuja colonização data do século XVI, apresenta funções e processos bem distintos dos seus municípios vizinhos. Os acessos à baía pelos rios Parati e Itapocu inicialmente serviram de base para região possibilitando, num primeiro momento, a colonização de origem lusitana primordialmente direcionada à agricultura e às atividades pesqueiras e num segundo momento, permitindo certa expansão territorial desta região.

O desenvolvimento do município não foi significativo sob os aspectos econômico e territorial e atualmente a baía contribui com a recente atividade turística que começa a se desenvolver na região. O censo de 2000 do IBGE revela dois importantes aspectos, o perfil de cidade dormitório da força de trabalho da próxima e próspera Joinville, e a limitada vocação turística de sol e mar, já que no verão sua população não tem um aumento significativo (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAQUARI, 2007) e a cidade tem pouca estrutura para o turismo receptivo, o que restringe as atividades turísticas aos eventos religiosos e festas tradicionais como a do maracujá.

4 A intensa exploração econômica e a proposta de criação da reserva de fauna da Baía da Babitonga.

O processo de industrialização na região que se acelerou na segunda metade do século XX provocou mudanças na organização do espaço e utilização de recursos naturais que se fizeram perceber sob a forma de poluição e diversas formas de agressão ao meio ambiente

(SANTANA, 1998). No entanto, a industrialização não é o único vetor desta tendência, como se observa pela exploração de caráter extrativo da Mata Atlântica na região de Garuva, cuja ausência de replante das sementes concorreu para a completa extinção do palmito, ainda na década de 1920 (PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA, 2007).

Um dos impactos mais facilmente observáveis é a destruição dos manguezais, não somente nesta região, mas em todo o litoral brasileiro (IBAMA 2007). Os manguezais têm a função de proteção da costa, evitando efeitos de grandes tormentas, como as enchentes. Este ecossistema também abriga diversificada fauna, que ali encontra alimento e abrigo, dando suporte à manutenção da pesca e da vida marinha.

Na história da ocupação dos territórios vizinhos à baía da Babitonga se observa um quadro de exploração pronunciado dos recursos naturais. O rápido desenvolvimento industrial de Joinville associado ao crescente movimento do Porto de São Francisco do Sul propiciou um processo de ocupação desordenada das terras próximas da baía. Soma-se a isso, o processo de ocupação espacial desordenado que leva, “a geração contínua de cenários de carência e pobreza urbana, paralelamente ao vigor do dinamismo industrial do lugar” (ROCHA, 2002, p. 60). Como consequência observa-se a poluição das águas superficiais que compõem o complexo hídrico da baía através de despejos de esgotos domésticos, efluentes industriais, dejetos animais e pesticidas (DNIT/IME, 2004). Esses impactos no meio ambiente geraram graves consequências sobre todas as espécies do ecossistema, afetando diretamente atividades pesqueiras e turísticas da região.

O projeto de transformação da Baía da Babitonga em reserva de fauna nacional, a primeira do Brasil, está sendo desenvolvido em parceria com a Organização Não-Governamental (ONG) Vidamar, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) e a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Ao final do ano de 2007, o projeto estava em processo de debate com os envolvidos, entre eles os governos municipais e o estadual, comunidades locais principalmente as pesqueiras, empresas privadas, ONG's entre outros interessados.

As reservas se caracterizam como um tipo específico de unidade de conservação regulamentada no Brasil pelo IBAMA (2007) que estão divididas em dois grupos: (1). Unidades de proteção integral: que enfatizam a proteção integral dos atributos naturais. Divide-se nas seguintes categorias: estação ecológica; reserva biológica; parque nacional

(PN); monumento natural e refúgio de vida silvestre. (2). Unidades de manejo sustentável: que enfatizam a proteção dos recursos naturais em grau parcial. Suas categorias são: área de proteção ambiental (APA); área de relevante interesse ecológico; floresta nacional; reserva extrativista; reserva do desenvolvimento sustentável; reserva particular do patrimônio natural (RPPN); Reserva de Fauna.

Cada categoria dentro de seu devido grupo tem critérios específicos e regulamentações a serem seguidas pelos usuários destas áreas. Em algumas categorias as restrições são maiores em outras, menores. No caso de uma reserva de fauna, seus objetivos básicos estão relacionados aos estudos técnico-científicos sobre o manejo sustentável dos recursos faunísticos. Nesta categoria a visitação pública é permitida desde que compatível com o manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão responsável, pois é considerada uma área natural com populações animais de espécies nativas propícias a estudos técnico-científicos (PIRES, 2006).

As vantagens da criação desta reserva de fauna podem ser classificadas dentro das dimensões ou critérios da sustentabilidade de Ignacy Sachs (2002) relacionadas a seguir: econômica, espacial, social, ambiental, ecológica, cultural e política (interna/externa). Na dimensão espacial a área da reserva seria controlada e fiscalizada pelo IBAMA dentro de critérios ecológicos e ambientais que atendam as características geográficas desta baía.

Na dimensão econômica, apesar da necessidade de estudos mais detalhados a este respeito, será possível o manejo desde que atendam aos critérios de uso sustentável, enquadrando desde atividades pesqueiras profissionais com ofereçam a segurança alimentar, o lazer e turismo, até a circulação de navios para o Porto de São Francisco do Sul.

Na dimensão social, a vantagem está na possibilidade de uma melhor qualidade de vida, devido ao controle de resíduos despejados na baía, no estímulo ao turismo contemplativo, na segurança alimentar com a qualidade dos frutos do mar e na qualidade do ambiente natural como um todo.

Quanto à dimensão ambiental ou ecológica, as vantagens seriam inúmeras, pois os mangues são berçários para todo o ecossistema. A partir do momento em que o ambiente natural sente a redução dos impactos negativos causados pela exploração desordenada nestas áreas, todo o bioma recebe as influências positivas contribuindo para a biodiversidade.

Já a dimensão cultural recebe as vantagens de atividades vinculadas ao turismo de lazer, contemplativo e histórico numa mesma região. Além disso, a educação ambiental

contribui para a qualidade de vida da sociedade, ocorrendo assim a interação entre as dimensões. As pesquisas científicas trariam importantes contribuições para a biodiversidade deste complexo hídrico.

A dimensão política tende a obter vantagens a partir do momento em que reconheça a importância de ambientes preservados e do desenvolvimento sustentável. Enfim, a principal vantagem está em proporcionar o uso sustentável da baía, ou seja, permite o uso para atender interesses econômicos desde que estejam em equilíbrio com os elementos naturais ou ecológicos. As desvantagens poderiam estar concentradas nos efeitos econômicos negativos recebidos pelas possíveis restrições de uso, impostas através dos critérios e regulamentações definidas pelo órgão de fiscalização competente. A rigidez de tais critérios pode levar a uma delimitação excessiva, gerando prejuízos às comunidades, organizações e ao poder público.

Assim a dimensão econômica receberia todo o impacto de determinações que tenderiam ao uso insustentável, além dos custos de reestruturação de empresas e municípios para adaptação, num curto prazo, às novas normas ambientais definidas para a reserva de fauna, referente ao despejo de poluentes nos rios que deságuam na baía. Este temor pode ser confirmado com as colocações feitas na oitava reunião de debate sobre a reserva, realizada no centro histórico de São Francisco do Sul no dia 02 de outubro de 2007, a despeito da argumentação do superintendente do IBAMA em Santa Catarina, Luiz Ernesto Trein, que afirmou que o projeto da reserva vai beneficiar os pescadores artesanais e o turismo não será afetado. A ausência de um relatório de impacto sócio-econômico pelo IBAMA gerou discussões. A preocupação está relacionada à forma impositiva das ações e restrições que podem gerar problemas aos municípios envolvidos.

Os problemas econômicos tendem a refletir na dimensão social, pois as restrições de uso podem resultar em desemprego e instabilidade social. A dimensão cultural pode receber impactos indiretos, já que alguns critérios de uso restringem atividades turísticas. A dimensão ambiental não deve ser influenciada negativamente, a menos que a regulamentação não seja observada. Dessa forma, aquele que poderia utilizar a baía de forma sustentável seria impedido pelas restrições legais e quem utilizasse a área de forma ilegal continuaria a fazê-la sem qualquer restrição por falta de fiscalização adequada.

Na dimensão territorial, a principal desvantagem estaria na perda de território municipal para a criação de uma área federal, ou seja, áreas que os municípios não mais poderiam utilizar. Na dimensão política a desvantagem se apresenta no direcionamento de

orçamento municipal para obras de saneamento e infra-estrutura não previstas, deixando outros projetos municipais em segundo plano e afetando as comunidades locais.

Diante do exposto, o que se pode verificar é uma tendência às soluções equilibradas provenientes dos debates e reuniões que vem ocorrendo, mesmo havendo discordância entre os envolvidos. Os cuidados com as imposições e o processo participativo tendem direcionar a proposta no sentido de atender os princípios de um desenvolvimento regional sustentável, não valorizando somente uma dimensão em detrimento de outras, mas integrando-as de forma consistente. Uma proposta de criação de reserva de fauna nesses moldes permite que Baía da Babitonga continue contribuindo com gerações futuras como contribuiu às gerações passadas.

5 Considerações finais

A análise da evolução sócio espacial da região da Baía da Babitonga demonstra que a baía ofereceu suporte decisivo à criação de todos os municípios vizinhos e ainda colabora com o desenvolvimento de alguns deles. Este suporte, no entanto, acarretou na degradação de vários aspectos ambientais da região, que só recentemente tem sido alvo de alguma preocupação pelos vários agentes formadores sócio-espaciais, principalmente o poder público.

O movimento da criação da unidade de conservação sob a forma de uma reserva de fauna nacional pode desempenhar importante papel no sentido de sanar alguns aspectos negligenciados na ocupação do espaço, mas também colaborar para que as discussões do processo participativo de sua implantação fomentem novas idéias e ações para a preservação da região.

Referências

- BUENO, E. **Náufragos, traficantes e degredados**: as primeiras expedições ao Brasil - 1500-1531. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- CIASC - GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: < <http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/>>. Acesso em: 04 dez 2007.
- DNIT/IME. **Estudos ambientais da BR - 280/SC e da Baía da Babitonga – C. L.** 2004.
- IBAMA. **Relatório técnico sobre a reserva de fauna Baía da Babitonga.** 2007.
- IBAMA. **Unidades de conservação.** Disponível em:< <http://www.ibama.gov.br/> >. Acesso em: 07 dez 2007.
- IBGE. **Cidades.** Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> >. Acesso em: 26 mai 2008.
- PEREIRA, R. F. do A. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. **GEOSUL**, Florianópolis, v. 18, n. 35, p.99-129, jan/jun. 2003.

- PIRES, P. **Apostila sobre Unidades de Conservação – SNUC**. Univali, 2006.
- PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL. Disponível em:
<<http://www.apsfs.sc.gov.br/historico.php>>. Acesso em: 07 dez 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAQUARI. Disponível em:
<<http://www.araquari.com.br/>>. Acesso em: 08 dez 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Disponível em:
<<http://www.joinville.sc.gov.br/>>. Acesso em: 25 out 2007.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA. Disponível em:
<<http://www.garuva.sc.gov.br/>>. Acesso em: 07 dez 2007.
- QUANDT, O. R. **Peabiru: o caminho velho**. Joinville: Letradágua, 2003.
- ROCHA, I. de O. Indústria. *In*: ATLAS Ambiental da Região de Joinville. **Complexo Hídrico da Baía de Babitonga, projeto FATMA/GTZ**. 2002.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SANTANA, N. A. de. **A produção do espaço urbano e os loteamentos na cidade de Joinville (SC) - 1949/1996**. Dissertação de mestrado em Geografia da UFSC. Fpolis, 1998.
- SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.
- VIEIRA, M. G. E. de D; PEREIRA, R. F. do A. Formações sócio-espaciais Catarinenses: notas preliminares. *In*: Congresso de História e Geografia de Santa Catarina, 1996, Florianópolis. **Anais do Congresso**, Florianópolis: CAPES/MEC, 1997, p. 453-463.